



Documento enviado com sucesso!!
Segue abaixo os dados do documento:

PLASCAR PARTICIPACOES INDUSTRIAIS S.A.

O documento foi entregue para CVM e B3

Tipo de Documento:	Versão:	Data de Referência:	Data de Entrega:
Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP	1	31/12/2024	18/03/2025

NÚMERO DO PROTOCOLO:
013471DFP311220240100145466-64 

 [COMPARTILHAR](#)

 [IMPRIMIR](#)

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	12
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	13
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	14
--	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	15
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	16
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	17
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	18
---	----

Notas Explicativas	22
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	61
---	----

Proposta de Orçamento de Capital	62
----------------------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	63
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	66
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	67
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2024
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	12.425
Preferenciais	0
Total	12.425
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023
1	Ativo Total	32.022	13.880
1.01	Ativo Circulante	32.015	13.873
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	31.822	13.833
1.01.06	Tributos a Recuperar	94	40
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	99	0
1.02	Ativo Não Circulante	7	7
1.02.03	Imobilizado	7	7
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	7	7

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023
2	Passivo Total	32.022	13.880
2.01	Passivo Circulante	48	66
2.01.03	Obrigações Fiscais	48	66
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	48	66
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais Federais	48	66
2.02	Passivo Não Circulante	551.250	423.095
2.02.02	Outras Obrigações	52.037	31.810
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	52.037	31.810
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	52.037	31.810
2.02.04	Provisões	499.213	391.285
2.02.04.02	Outras Provisões	499.213	391.285
2.02.04.02.04	Provisão para perdas com investimento em controladas	499.213	391.285
2.03	Patrimônio Líquido	-519.276	-409.281
2.03.01	Capital Social Realizado	931.455	931.455
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.451.037	-1.341.047
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	306	311

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-110.402	-1.008
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.474	-2.116
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-2.474	-2.116
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-107.928	1.108
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-110.402	-1.008
3.06	Resultado Financeiro	407	294
3.06.01	Receitas Financeiras	449	404
3.06.02	Despesas Financeiras	-42	-110
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-109.995	-714
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-109.995	-714
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-109.995	-714
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-8,85	-0,06

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
4.01	Lucro Líquido do Período	-109.995	-714
4.03	Resultado Abrangente do Período	-109.995	-714

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-2.238	-1.924
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-2.067	-1.822
6.01.01.01	Prejuízo do exercício antes do imposto de renda e contribuição social das operações continuadas	-109.995	-714
6.01.01.03	Resultado da equivalência patrimonial	107.928	-1.108
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-55	1
6.01.02.01	Tributos a Recuperar	-55	1
6.01.03	Outros	-116	-103
6.01.03.01	Impostos e contribuições sociais a recolher	-17	-121
6.01.03.02	Outras contas do passivo, líquidas	0	18
6.01.03.03	Outras Contas do ativo, líquidas	-99	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	20.227	-2.399
6.02.02	Aumento (Redução) líquido em mútuos a receber de partes relacionadas	20.227	-2.399
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	17.989	-4.323
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	13.833	18.156
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	31.822	13.833

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	931.455	0	0	-1.341.047	311	-409.281
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	931.455	0	0	-1.341.047	311	-409.281
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-109.995	0	-109.995
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-109.995	0	-109.995
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	5	-5	0
5.06.04	Realização do Custo Atribuído ao Ativo Imobilizado	0	0	0	8	-8	0
5.06.05	Impostos Diferidos sobre Realização do Custo Atribuído ao Ativo Imobilizado	0	0	0	-3	3	0
5.07	Saldos Finais	931.455	0	0	-1.451.037	306	-519.276

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	931.455	0	0	-1.340.338	316	-408.567
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	931.455	0	0	-1.340.338	316	-408.567
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-714	0	-714
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-714	0	-714
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	5	-5	0
5.06.04	Realização do Custo Atribuído ao Ativo Imobilizado	0	0	0	8	-8	0
5.06.05	Impostos Diferidos sobre Realização do Custo Atribuído ao Ativo Imobilizado	0	0	0	-3	3	0
5.07	Saldos Finais	931.455	0	0	-1.341.047	311	-409.281

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-667	-719
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-667	-719
7.03	Valor Adicionado Bruto	-667	-719
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-667	-719
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-107.479	1.512
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-107.928	1.108
7.06.02	Receitas Financeiras	449	404
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-108.146	793
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-108.146	793
7.08.01	Pessoal	1.543	1.155
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.221	900
7.08.01.03	F.G.T.S.	322	255
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	264	242
7.08.02.03	Municipais	264	242
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	42	110
7.08.03.01	Juros	42	110
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-109.995	-714
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-109.995	-714

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023
1	Ativo Total	662.858	679.089
1.01	Ativo Circulante	236.174	214.298
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	35.510	16.841
1.01.03	Contas a Receber	111.338	93.077
1.01.03.01	Clientes	96.436	77.082
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	14.902	15.995
1.01.03.02.01	Outras Contas a Receber	14.902	15.995
1.01.04	Estoques	85.360	99.014
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.966	5.366
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.966	5.366
1.02	Ativo Não Circulante	426.684	464.791
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	51.516	72.570
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	51.516	72.570
1.02.01.10.03	Tributos a recuperar	41.255	62.616
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	1.860	1.436
1.02.01.10.05	Propriedade para investimento	8.092	8.182
1.02.01.10.06	Outros ativos não circulantes	309	336
1.02.03	Imobilizado	375.168	392.221
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	314.889	318.949
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	60.279	73.272

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023
2	Passivo Total	662.858	679.089
2.01	Passivo Circulante	495.741	479.800
2.01.02	Fornecedores	86.255	100.185
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	85.854	98.711
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	401	1.474
2.01.03	Obrigações Fiscais	114.074	87.415
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	114.074	87.415
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais	6.681	10.696
2.01.03.01.03	Obrigações Fiscais Parcelados	107.393	76.719
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	160.222	155.135
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	127.078	118.968
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	127.078	118.968
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	33.144	36.167
2.01.04.03.01	Passivos de Arrendamento	33.144	36.167
2.01.05	Outras Obrigações	53.135	58.554
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	1.016
2.01.05.02	Outros	53.135	57.538
2.01.05.02.04	Adiantamentos de Clientes	19.722	25.711
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	33.413	31.827
2.01.06	Provisões	82.055	78.511
2.01.06.02	Outras Provisões	82.055	78.511
2.01.06.02.04	Provisão para salários e encargos	82.055	78.511
2.02	Passivo Não Circulante	686.393	608.570
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	158.156	139.985
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	116.374	85.469
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	116.374	85.469
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	41.782	54.516
2.02.01.03.01	Passivos de Arrendamento	41.782	54.516
2.02.02	Outras Obrigações	510.163	436.706
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	7.722	7.335
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	7.722	7.335
2.02.02.02	Outros	502.441	429.371
2.02.02.02.03	Obrigações Fiscais Parcelados	319.940	208.052
2.02.02.02.04	Outras Contas a Pagar	182.501	221.319
2.02.04	Provisões	18.074	31.879
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	18.074	31.879
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	0	22.536
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	18.074	9.343
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-519.276	-409.281
2.03.01	Capital Social Realizado	931.455	931.455
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.451.037	-1.341.047
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	306	311

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.131.800	947.129
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-963.676	-831.355
3.03	Resultado Bruto	168.124	115.774
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-150.967	-65.572
3.04.01	Despesas com Vendas	-56.592	-53.505
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-100.444	-82.885
3.04.02.01	Administrativa e Gerais	-100.444	-82.885
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	6.069	70.818
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	17.157	50.202
3.06	Resultado Financeiro	-151.360	-109.586
3.06.01	Receitas Financeiras	5.877	10.811
3.06.02	Despesas Financeiras	-157.237	-120.397
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-134.203	-59.384
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	24.208	58.670
3.08.02	Diferido	24.208	58.670
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-109.995	-714
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-109.995	-714
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-8,85	-0,06

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-109.995	-714
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-109.995	-714
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-109.995	-714

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	45.047	72.145
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	81.901	38.898
6.01.01.01	Prejuízo do exercício antes dos impostos	-134.203	-59.384
6.01.01.03	Depreciação	34.392	32.604
6.01.01.04	Amortização	22.880	21.372
6.01.01.06	Perda (ganho) na alienação de bens do ativo imobilizado	2.858	3.529
6.01.01.08	Juros e variação monetária, líquidas	155.382	151.742
6.01.01.09	Provisão para demandas judiciais	15.933	6.056
6.01.01.10	Desconto de Juros e Multas sobre Transação Individual	-8.318	-116.507
6.01.01.11	Provisão para créditos duvidosos	-7.297	-783
6.01.01.13	Provisão para ajuste dos estoques a valor de mercado e obsolescência	274	269
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-36.854	33.247
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-12.057	4.064
6.01.02.02	Estoques	13.380	21.005
6.01.02.04	Outras contas do ativo, líquidas	1.211	-11.885
6.01.02.05	Fornecedores	-15.267	12.802
6.01.02.06	Provisão para demandas judiciais (pagamentos)	-7.202	-3.842
6.01.02.07	Depósitos Judiciais	-424	-38
6.01.02.08	Salários, férias e encargos sociais a pagar	102.080	59.638
6.01.02.09	Impostos e contribuições sociais a recolher	-14.865	12.525
6.01.02.11	Outras contas do passivo, líquidas	-61.278	-20.470
6.01.02.13	Redução líquida em adiantamentos de clientes e desconto de duplicatas	-5.989	-8.025
6.01.02.14	Tributos a Recuperar	22.761	29.653
6.01.02.15	Juros pagos	-59.204	-62.180
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-33.190	-24.597
6.02.02	No ativo imobilizado	-33.190	-24.597
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	6.812	-55.522
6.03.01	Captação de empréstimos e financiamentos	241.083	98.214
6.03.02	Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)	-234.658	-153.742
6.03.04	Redução líquida em mútuos a receber de partes relacionadas	387	6
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	18.669	-7.974
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	16.841	24.815
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	35.510	16.841

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	931.455	0	0	-1.341.047	311	-409.281	0	-409.281
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	931.455	0	0	-1.341.047	311	-409.281	0	-409.281
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-109.995	0	-109.995	0	-109.995
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-109.995	0	-109.995	0	-109.995
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	5	-5	0	0	0
5.06.04	Realização do Custo Atribuído ao Ativo Imobilizado	0	0	0	8	-8	0	0	0
5.06.05	Impostos Diferidos sobre Realização do Custo Atribuído ao Ativo Imobilizado	0	0	0	-3	3	0	0	0
5.07	Saldos Finais	931.455	0	0	-1.451.037	306	-519.276	0	-519.276

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	931.455	0	0	-1.340.338	316	-408.567	0	-408.567
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	931.455	0	0	-1.340.338	316	-408.567	0	-408.567
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-714	0	-714	0	-714
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-714	0	-714	0	-714
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	5	-5	0	0	0
5.06.04	Realização do Custo Atribuído ao Ativo Imobilizado	0	0	0	8	-8	0	0	0
5.06.05	Impostos Diferidos sobre Realização do Custo Atribuído ao Ativo Imobilizado	0	0	0	-3	3	0	0	0
5.07	Saldos Finais	931.455	0	0	-1.341.047	311	-409.281	0	-409.281

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
7.01	Receitas	1.406.102	1.161.506
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.398.805	1.161.578
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	7.297	-72
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-680.217	-637.083
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-477.856	-467.205
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-202.087	-169.609
7.02.04	Outros	-274	-269
7.03	Valor Adicionado Bruto	725.885	524.423
7.04	Retenções	-57.272	-53.976
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-57.272	-53.976
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	668.613	470.447
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	11.719	144.533
7.06.02	Receitas Financeiras	5.877	10.811
7.06.03	Outros	5.842	133.722
7.06.03.02	Outras Receitas	5.842	133.722
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	680.332	614.980
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	680.332	614.980
7.08.01	Pessoal	305.169	235.456
7.08.01.01	Remuneração Direta	290.231	222.953
7.08.01.03	F.G.T.S.	14.938	12.503
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	327.921	259.841
7.08.02.01	Federais	171.313	137.857
7.08.02.02	Estaduais	153.904	119.301
7.08.02.03	Municipais	2.704	2.683
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	157.237	120.397
7.08.03.01	Juros	157.237	120.397
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-109.995	-714
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-109.995	-714

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da administração

Perfil

Plascar S.A.

A Plascar Participações Industriais S.A. (Bovespa: PLAS3), através de sua subsidiária integral Plascar Ltda., atua no setor automotivo e tem como atividade operacional a industrialização e comercialização de peças e partes plásticas para acabamento interno e externo de veículos automotores, nos mercados originais e de reposição para montadoras do Brasil.

Desempenho Econômico – Financeiro

Desde 2019, quando iniciou um profundo e complexo processo de reestruturação, a Plascar segue apresentando melhora consistente em seus resultados financeiros trimestrais e crescendo de forma orgânica. A estratégia central desse processo de recuperação envolvia quatro pilares centrais, que eram (i) melhoria de gestão e governança, (ii) austeridade financeira, com foco em renegociação de dívidas e gestão rigorosa de gastos e custos; (iii) fortalecimento das relações comerciais e o aumento de receita por meio da conquista de novos negócios e clientes e, por fim, (iv) esforços para reposicionamento da Companhia com relação a qualidade de seus produtos e processos produtivos.

Não obstante inúmeros contratempos inesperados enfrentados no período, com destaque para a pandemia, a estratégia adotada se mostrou acertada. Apesar dos muitos desafios, a Companhia vem implementando com sucesso diversas medidas de controle interno e ganho de eficiência que, aliados à alavancagem operacional e absorção de custos fixos, contribuem para o aumento da receita e margens. Assim, a Plascar volta a ocupar posição de destaque no segmento de injeção e pintura de peças plásticas automotivas, como se pode observar no quadro abaixo:

Ano	Receita Líquida	EBITDA
2018 ¹	346.821	(85.090)
2019 ^{1,2}	407.550	67.051
2020 ³	369.188	(22.277)
2021 ³	612.684	17.415
2022 ³	848.190	56.482
2023 ⁴	947.129	110.905
2024	1.131.800	79.878

- (1) Impacto pelo efeito da baixa por *impairment* no montante de R\$ 44.084 em 2018 e R\$ 17.955 em 2019.
- (2) Efeito positivo de R\$ 85.282 relativo ao registro do crédito referente a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS.
- (3) Reflexo da pandemia COVID-19, com paradas de produção, quedas de volume e desequilíbrio de preços.
- (4) Impacto positivo de R\$ 75.894 decorrente dos efeitos dos descontos obtidos por conta da renegociação de seu passivo fiscal com a adesão da Transação Individual junto a PGFN.

O ano de 2024 foi marcado por uma gradativa recuperação do mercado, com redução da alta volatilidade percebida em 2023, o que possibilitou a retomada de estabilidade operacional. Dois fatores que contribuíram para essa retomada foram a recuperação da produção de veículos pesados, que fora impactada fortemente ao longo do primeiro semestre de 2023 em virtude da troca de motorização (Euro 6), assim como o aumento

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

da produção de veículos leves, em especial no último trimestre de 2024.

A Receita Líquida da Companhia aumentou 19,5% em relação a 2023, ao passo que a produção de veículos segundo a ANFAVEA, teve um aumento de 9,7% em relação ao mesmo período.

O EBITDA e o Prejuízo do ano de 2024 apresentaram uma queda quando comparados com o ano de 2023 em razão do efeito não recorrente da conclusão de uma transação tributária junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, em julho/2023, conforme demonstrado no quadro anterior. Esta importante negociação abrangeu descontos de multas e juros, além da utilização de prejuízo fiscal para pagamento do principal, levando a uma relevante redução do passivo fiscal.

A administração da Plascar segue trabalhando para continuar impulsionando o crescimento saudável e sustentável da Companhia, que atualmente conta com 3.200 colaboradores, distribuídos em quatro unidades industriais estrategicamente localizada em São Paulo e Minas Gerais.

Quadro Principais Índices Financeiros

(Em milhares de R\$)	2024	AH%	2023
Receita líquida	1.131.800	19,5%	947.129
Lucro bruto	168.124	45,2%	115.774
Despesas financeiras	(151.360)	38,1%	(109.586)
Prejuízo	(109.995)	15305,5%	(714)
EBITDA ⁽¹⁾	79.878	(28,0%)	110.905
Dívida líquida ⁽²⁾	207.942	10,8%	187.596

Quadro Conciliação do EBITDA:

(Em milhares de R\$)	2024	2023
Prejuízo do exercício	(109.995)	(714)
Resultado financeiro	151.360	109.586
Imposto de renda e contribuição social	(24.208)	(58.670)
Depreciação e amortização	62.721	60.703
EBITDA	79.878	110.905

Quadro Composição da Dívida Líquida:

(Em milhares de R\$)	2024	AH%	2023
Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)	243.452	19,1%	204.437
(=) Dívida Bruta	243.452	19,1%	204.437
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(35.510)	110,9 %	(16.841)
Dívida Líquida	207.942	10,8%	187.596

- (1) EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medida não contábil divulgada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras consolidadas, em consonância com a Instrução CVM nº 527/12, de 4 de outubro de 2012 ("ICVM 527"), e consiste no lucro líquido (prejuízo) do exercício ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social corrente e diferido e pela depreciação e amortização.
- (2) Dívida Bruta é representada pela soma dos empréstimos, financiamentos e derivativos (circulante e não circulante), debêntures (circulante e não circulante) e passivo de arrendamento (circulante e não circulante). A Dívida líquida corresponde a Dívida Bruta deduzida do caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito e dos títulos e valores mobiliários vinculados. A Dívida Bruta e a Dívida Líquida não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e não possuem significado padrão. Outras companhias podem calcular a Dívida Bruta e a Dívida Líquida de maneira diferente ao calculado pela Companhia. Acima apresentamos a reconciliação de Dívida Bruta e Dívida Líquida com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Como demonstrado, os resultados da Plascar continuaram sua tendência de melhora, com aumento importante de volume e, conseqüentemente, de receita líquida, atingindo R\$ 1.131.800 em 2024. Esse incremento de volume e receita foi impulsionado, principalmente, pela entrada em produção de novos projetos que foram conquistados a partir do estreitamento comercial cada vez maior com os principais clientes da Companhia. Vários destes projetos estão direcionados à unidade industrial na cidade de Caçapava, que já se encontra em plena operação e vem se consolidando como uma das mais modernas fábricas de injeção e pintura plástica do país, posicionada em uma região altamente estratégica.

Em relação à rentabilidade, a Plascar apresentou uma queda no EBITDA no ano de 2024. O EBITDA foi de 7,1% (ou R\$ 79.878), contra 11,7% (ou R\$ 110.905) em 2023, impactado principalmente pelo efeito positivo da já explicada negociação de seu passivo fiscal junto a PGFN em 2023. Excluindo-se este efeito não recorrente, o EBITDA em 2023 teria sido de R\$ 35.011. No comparativo do último trimestre do ano, o EBITDA passou de 5,8% (ou R\$ 14.866) no 4T23, para os mesmos 5,8% (ou R\$ 17.520) no 4T24. Tal rentabilidade positiva é explicada principalmente pelo efeito do aumento nos volumes e estabilidade de produção e ganhos de eficiência.

O resultado líquido da Companhia, por sua vez, somou prejuízo de R\$ 109.995 em 2024, resultado ainda muito aquém do objetivado pela administração. A estratégia para reversão deste quadro passa pelo aumento do EBITDA, através da melhoria da eficiência operacional e do crescimento da receita da Companhia o que será fundamental para compensar os volumes de depreciação e despesa financeira correntes.

Diante de um cenário favorável, porém ainda desafiador, a Companhia encerrou 2024 fortalecida por investimentos da ordem de R\$ 30 milhões em CAPEX¹ (R\$ 21 milhões em 2023), focados no crescimento de mercado e busca por melhor eficiência

Transação Individual – PGFN

Como já mencionado, em julho/2023, a Companhia concluiu a renegociação da totalidade de seu passivo fiscal junto à PGFN, que compreendia os débitos acumulados até janeiro de 2023, através do programa de Transação Tributária Individual, de modo que todos os efeitos, descontos de multas juros e utilização de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL foram registrados no 2º Trimestre de 2023. O impacto positivo no resultado da Companhia em 2023 foi de R\$ 177.210.

Mercado Automotivo

Segundo dados da ANFAVEA, a produção de veículos em 2024 teve um aumento de 9,7% sobre igual período do ano de 2023, somando 2,550 milhão de unidades no país. A produção de veículos leves cresceu 8,0%. Já a produção de veículos pesados subiu 39,5%. Embora haja expectativa de crescimento do mercado automotivo da ordem de 7,8% para 2025 há que se manter o monitoramento do mesmo por possíveis oscilações das condições macroeconômicas.

Cenário Automotivo	FONTE: ANFÁVEA - BRASIL		
	2023	2024	VAR. %
PRODUÇÃO DE VEÍCULOS	2.325	2.550	9,7%
VENDAS DE VEÍCULOS	2.309	2.635	14,1%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Recursos Humanos

A Companhia continua investindo no desenvolvimento constante de seus colaboradores, com aproximadamente 83,31 horas de ensino e treinamento por colaborador (nos últimos 12 meses), focados em aprendizagem do SENAI, estágios, além de treinamentos com desenvolvimento técnico e operacional.

Para acompanhar o ritmo e o aumento do volume de produção vivenciado desde 2019, o quadro de colaboradores da Plascar vem crescendo de forma a sustentar os seus resultados. A Companhia encerrou o ano de 2024 com um quadro de 3.200 colaboradores (2.534 em 2023).

Relacionamento com os auditores independentes

Em conformidade com a Instrução CVM no 381/03, informamos que a Companhia adota como procedimento formal ao contratar os auditores independentes, de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente. Os trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) foram realizados pela Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Informamos que no exercício de 2024 a Companhia contratou, junto aos seus auditores, serviço não relacionado à auditoria externa no valor de R\$ 23 (R\$ 29 em 2023), não ultrapassando 5% da remuneração pelos serviços de auditoria externa. A prática da Companhia e sua controlada na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente, que são: auditor não deve auditar seu próprio trabalho; o auditor não deve exercer função de gerência em seu cliente e o auditor não deve advogar para seu cliente.

Agradecimentos

Uma vez mais agradecemos a todos aqueles que estiveram presentes e apoiaram a Plascar durante o transcorrer do exercício de 2024, dentre os quais, os nossos colaboradores, clientes, fornecedores, acionistas, instituições financeiras, membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Companhia.

Jundiaí, 14 de março de 2025.

A Administração

Notas Explicativas

1. Informações gerais

A Plascar Participações Industriais S.A. ("Plascar S.A." ou "Companhia"), com sede na cidade de Jundiaí, no Estado de São Paulo, é uma sociedade anônima de capital aberto, tendo suas ações negociadas na BM&FBOVESPA (PLAS3). A atividade da Companhia está representada pela participação na controlada Plascar Indústria de Componentes Plásticos Ltda. ("Plascar Ltda." ou "Plascar"), que atua no setor automotivo e tem como atividade operacional a industrialização e comercialização de peças e partes relacionadas com o acabamento interno e externo de veículos automotores.

A Plascar possui plantas industriais localizadas nas cidades de Jundiaí e Caçapava, no Estado de São Paulo, além de Varginha e Betim, no Estado de Minas Gerais.

As plantas atuam principalmente no setor automotivo, com foco no atendimento a montadoras de veículos, fornecendo para-choques, painéis de instrumentos, difusores de ar, e outras peças plásticas complexas tanto de interior como de exterior de veículos leves e pesados. A Plascar atua, ainda, na industrialização de produtos não automotivos, como, por exemplo, injeção e montagem de carrinhos de supermercado e máquinas de cartão, atividades estas que representam menos de 5% do total de ativos, receita líquida e resultado líquido consolidados na Companhia.

Em 2019, a Companhia passou a ser controlada da Pádua IV Participações S.A., que detém atualmente participação de 59,99% de seu capital. O quadro de acionistas é composto, também, por Deise Duprat Vilela Heller, que detém 21,64% de participação, além de outros acionistas individuais que possuem, em conjunto, 18,37% - V. Nota 21.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 14 de março de 2025.

Situação financeira

Não obstante o crescimento e alavancagem de seu faturamento verificado nos últimos anos, resultado principalmente de entrada de novos negócios, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia ainda apresenta excesso de passivos circulantes sobre os ativos circulantes, no montante de R\$ 259.567 (R\$ 265.502 em 2023) no consolidado e patrimônio líquido negativo na controladora e consolidado, no montante de R\$ 519.276 (R\$ 409.281 em 2023).

Adicionalmente a Companhia apresentou prejuízo no exercício corrente e comparativo, mantendo um prejuízo acumulado de R\$ 1.451.037 na controladora e consolidado (R\$ 1.341.047 em 2023).

A Companhia ainda necessita da captação recorrente de recursos junto às instituições financeiras para cobrir as necessidades de capital de giro geradas pelo contínuo crescimento da receita.

A Administração entende que a Companhia possui perspectiva de continuidade operacional, portanto, utilizou esta base para preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Em 2024, a receita líquida da Companhia apresentou um aumento de 19,5% quando comparada com 2023, evidenciando assim a manutenção de crescimento gradual e consistente em seus volumes de produção e um aumento de seu *Market Share*. Apesar de todo o cenário

Notas Explicativas

de incertezas na economia, a Companhia vem conseguindo adequar a sua estrutura de custos levando a uma recuperação na margem bruta em 2024 de 2,7p.p. em relação a 2023.

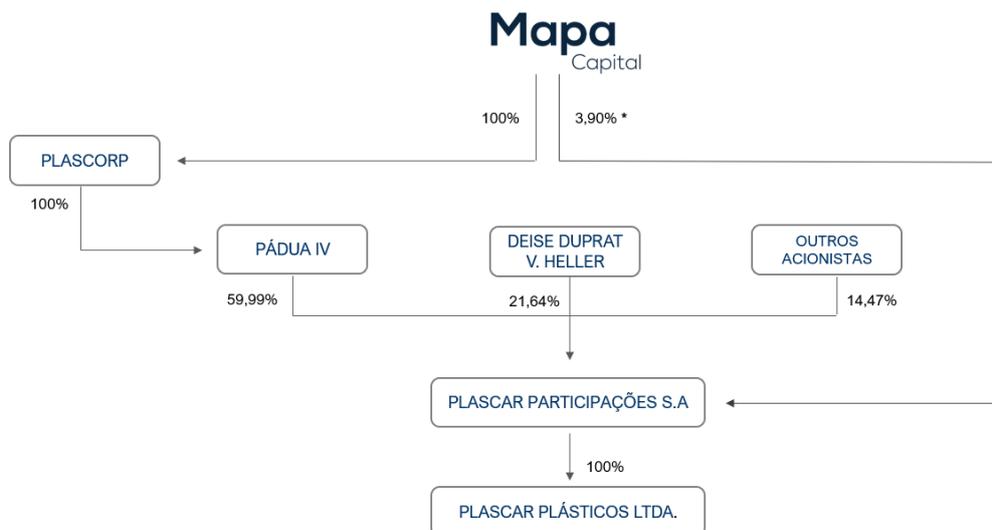
Mesmo em um cenário sujeito a incertezas, dado o contexto atual da economia do país, previsões oficiais da ANFAVEA indicam um aumento na produção de veículos em 2025 da ordem de 7,8%. Havendo, ainda, no futuro, um ciclo de queda da taxa básica de juros, o mercado deverá apresentar uma gradual melhora em sua performance e aumento na venda de veículos, o que, conseqüentemente, poderá afetar de forma positiva a produção da Plascar.

A nomeação para inúmeros projetos novos, aliada à rígida gestão para redução de custos internos, vem refletindo no crescimento contínuo das receitas e, principalmente, nas margens operacionais da Companhia. Apesar dos indicativos divulgados pela ANFAVEA indicarem crescimento do mercado, a administração da Plascar entende que o ano de 2025 ainda será bastante desafiador, razão pela qual o compromisso é de continuar buscando todos os ganhos de eficiência operacionais possíveis, visando a melhora da rentabilidade e a reversão dos prejuízos recorrentes apresentados.

Reestruturação societária e financeira ocorrida em 2018

Como amplamente divulgado à época, em janeiro de 2019, foi concluído o processo de reestruturação da dívida da Companhia, com a adoção de todos os trâmites legais e societários estabelecidos no plano aprovado pela administração naquela ocasião.

Abaixo, indicamos a atual estrutura societária da Plascar:



* Participação detida de forma direta pela Mapa Capital Participações e Consultoria Ltda.

2. Sumário das políticas contábeis materiais

O resumo das políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas adotadas pela Companhia e suas controladas é como segue:

Notas Explicativas

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

As demonstrações financeiras individuais da Companhia, aqui denominada controladora, estão sendo divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas e apresentadas lado-a-lado, em um único conjunto de demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração em sua gestão das atividades da Companhia, conforme Orientação Técnica OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de terrenos e edificações na data de transição para IFRS/CPC. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia (v. Nota 3).

2.2. Base de consolidação

A Companhia consolida a entidade sobre a qual detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada em 31 de dezembro de 2024, cujas políticas contábeis são as mesmas da Companhia, bem como o encerramento do seu exercício social. O controle obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver:

Notas Explicativas

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia (investidor).

A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores da Companhia, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesma Companhia, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Para os valores de investimentos negativos, a Companhia registra na rubrica “Provisão para perdas com investimento em controlada” no passivo não circulante.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem as demonstrações financeiras da Plascar Indústria de Componentes Plásticos Ltda. “Plascar Ltda.” a qual

Notas Explicativas

possui participação de 100% em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

a) Transações com participações de não controladores

A Companhia não possui transação com acionistas não controladores em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

b) Perda de controle em controladas

Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

2.3. Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia. A Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de reporte, que é o setor de autopeças (automotivo).

2.4. Conversão de moeda estrangeira

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e suas controladas. Todas as informações financeiras foram apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "resultado financeiro".

2.5. Instrumentos financeiros

O CPC 48 (IFRS 09) Instrumentos Financeiros é vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2018. Esta norma contém três categorias principais para classificação e mensuração de ativos financeiros: (i) custo amortizado; (ii) valor justo registrado por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) valor justo registrado por meio do resultado do exercício (categoria residual).

A Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhado na adoção da nova norma e identificou os seguintes aspectos:

Notas Explicativas

O CPC 48 (IFRS 09) apresenta uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. Com relação aos passivos financeiros, requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em uma incompatibilidade na demonstração do resultado.

2.5.1. Mensuração

Os ativos e passivos financeiros devem inicialmente ser valorados pelo seu valor justo. Os critérios para determinar o valor justo dos ativos e passivos financeiros foram (i) o preço cotado em um mercado ativo ou, na ausência deste e (ii) a utilização de técnicas de avaliação que permitam estimar o valor justo na data da transação levando-se em consideração o valor que seria negociado entre partes independentes, conhecedoras da transação e com interesse em realizá-la.

A mensuração posterior de ativos e passivos financeiros segue o método do valor justo ou do custo amortizado, conforme a categoria. O custo amortizado corresponde:

- Ao valor reconhecido inicialmente para o ativo ou passivo financeiro;
- Menos as amortizações de principal; e
- Mais/menos juros acumulados pelo método da taxa de juros efetiva.

Os efeitos da mensuração posterior dos ativos e passivos financeiros são alocados diretamente ao resultado do período. Ativos e passivos de longo prazo com características de instrumentos financeiros são registrados inicialmente pelo seu valor presente.

2.5.2. Reconhecimento

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor dos demais ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas "Receitas" ou "Custos" respectivamente, no período em que ocorrem.

2.5.3. Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os

Notas Explicativas

riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Os ativos financeiros da Companhia e sua controlada incluem, principalmente, caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes.

Os passivos financeiros da Companhia incluem, principalmente, fornecedores, empréstimos e financiamentos, passivos de arrendamento, adiantamento de clientes, partes relacionadas e outros passivos

A Companhia não faz uso de instrumentos financeiros derivativos e não possui transações de *Hedge Accounting* em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

2.5.4. Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

2.5.5. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (*impairment*)

O CPC 48 (IFRS 09) substituiu o modelo de perdas incorridas por um modelo prospectivo de perdas esperadas. Esta nova abordagem exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

A “provisão para perdas de crédito esperado”, é constituída em montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de clientes e demais valores a receber existentes na data do balanço. O critério de constituição da provisão leva em consideração avaliação do risco associado às operações e os títulos vencidos há mais de 90 dias, e com base na experiência histórica de perdas sobre recebíveis, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

A política da Companhia também considera as perdas de créditos esperadas para os seus recebíveis, sendo essas, o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos à Companhia de acordo com o contrato firmado com os clientes e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber.

Notas Explicativas

2.5.6. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial na rubrica "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante.

2.5.7. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, e subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas de crédito esperado ("*impairment*").

2.5.8. Adiantamento de clientes

O cliente (montadora) adianta parcialmente recursos para Companhia, conforme o andamento do projeto de construção de ferramentais. Esses recursos são liberados de acordo com a conclusão de cada fase do projeto e está previsto no pedido de compra. Em geral esses adiantamentos não coincidem com os respectivos desembolsos para o desenvolvimento dos projetos pela Companhia e não representam o valor integral destes investimentos, o que causa um stress de caixa, principalmente em momento de crescimento acelerado como o atual.

2.5.9. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Os termos e condições dos passivos financeiros refletem o saldo em aberto de contas a pagar com fornecedores, com prazo médio de pagamento de 35 dias.

2.5.10. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Notas Explicativas

Os custos de empréstimos e financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construções ou produção de um ativo qualificável, que é ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo, quando aplicável e quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.6. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou valor líquido de realização, dos dois, o menor. O método de avaliação dos estoques é a média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados, dos produtos em elaboração e ferramentais compreende os custos do projeto, matérias-primas, mão-de-obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos, quando aplicável. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos necessários para efetuar a venda. O processo de provisão de estoques é dividido em dois tipos de provisão, sendo eles provisão para obsolescência de estoques e provisão para realização dos produtos acabados.

Provisão para obsolescência

O critério para constituição desta provisão considera obsoletos itens sem movimentação há mais de 180 (cento e oitenta) dias, para os grupos de estoque produtivos, e é o mesmo adotado em todas as unidades da Companhia.

Provisão para realização

Para cálculo do valor a ser provisionado, é gerado um relatório específico, onde ele compara o custo médio estocado do produto x preço atual de venda praticado. Para os itens os quais o custo médio do estoque for superior ao preço de venda, multiplica-se o valor da margem com a quantidade total em estoque para se chegar no montante a ser provisionado, trimestralmente os cálculos são revisados pela Companhia.

2.7. Imobilizado

O imobilizado considera como base de valor e foi ajustado para refletir o custo atribuído de terrenos e edificações na data de transição para IFRS e CPC. Os demais itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, quando aplicável.

Notas Explicativas

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada utilizando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos foram revisados e representam adequadamente a posição no final do exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior que seu valor recuperável estimado, Nota 2.8.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.8. Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação de *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros, exceto ágio (*Goodwill*), que tenham sido ajustados por *impairment* são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

A Companhia avalia no mínimo por ocasião da elaboração das demonstrações financeiras anuais, se há alguma indicação de que seus ativos ou conjunto de ativos porventura perderam representatividade econômica, considerada relevante. Os testes de *impairment* são preparados por um perito independente para levantar o valor de mercado dos principais ativos para cada UGC. O escopo do trabalho compreendeu a avaliação patrimonial dos ativos localizados nas unidades de Jundiaí, Betim, Varginha e Caçapava e estão apresentados abaixo:

	2024		2023	
	Valor contábil dos ativos	Valor líquido de venda	Valor contábil dos ativos	Valor líquido de venda
Jundiaí	113.137	214.613	116.024	154.905
Betim	73.538	149.510	79.097	137.055
Varginha	40.595	84.860	42.439	69.600
Caçapava	87.619	109.447	81.389	81.580
Total	314.889	558.430	318.949	443.140

O valor recuperável é o valor justo líquido de despesas de alienação sendo a descrição da técnica descrita abaixo:

Notas Explicativas

- Os ativos de propriedade da Companhia foram avaliados de acordo com valor de mercado de cada bem, obtido pelo produto entre o valor de reposição e o coeficiente de depreciação, levando-se em consideração a vida útil, idade, vida útil remanescente, valor residual e depreciação, resultando no valor líquido de venda superior ao valor residual contábil deles, não indicando desta forma, necessidade de *impairment*.

Como resultado do teste aplicado, nenhum ajuste de *impairment* se fez necessário em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

2.9. Arrendamentos

A partir de 1º de janeiro de 2019, com a adoção do CPC 06 (R2)/(IFRS16) - Arrendamentos, a Companhia passou a registrar os aluguéis futuros descontados a valor presente como passivo de arrendamento.

A norma CPC 06(R2)/IFRS 16, que determina que na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários reconhecem separadamente a despesa de juros sobre o passivo durante o período do arrendamento, e a despesa de amortização sobre o ativo de direito de uso.

Os arrendatários também devem reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhece o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso. Os arrendadores continuam a classificar todos os arrendamentos em dois tipos: arrendamentos operacionais e financeiros.

A Companhia selecionou como método para a adoção inicial a abordagem retrospectiva modificada, com o efeito cumulativo de aplicação inicial nos ativos e passivos, sem a reapresentação de períodos comparativos. A Companhia aplicou o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição. Isso significa que aplicou o IFRS 16/CPC 06 (R2) a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o IAS 17/CPC 06 (R1) e a IFRIC 4/ICPC 03.

a) Premissas para o reconhecimento

A Companhia possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. A Companhia reconhece o direito de uso de ativos e passivos de arrendamentos considerando as seguintes premissas:

- (i) Inclusão dos contratos na base no início da sua vigência, com seu valor de ativo de direito de uso definido neste momento.
- (ii) Operações com contratos firmados por mais de 12 meses entram no escopo da norma. A Companhia não considera aspectos de renovação em sua metodologia, haja visto que os ativos envolvidos em sua operação não são indispensáveis para a condução de seus negócios, podendo ser substituídos ao término do contrato por novos ativos adquiridos ou por outras operações que não as mesmas pactuadas.

Notas Explicativas

- (iii) Contratos que envolvam o uso de ativos imateriais e de baixo valor não são considerados.
- (iv) Considera-se somente operações que envolvam ativos específicos definidos no contrato ou de uso exclusivo ao longo do período do contrato.
- (v) A metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para a classe do ativo.
- (vi) A taxa de desconto utilizada foi de 12,3% ao ano para as operações de imóveis administrativos e galpões industriais em 2024 e 2023. A taxa foi obtida por operações de financiamentos para ativos destas classes.

As operações de arrendamento da Companhia em vigência em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não possuem cláusulas de restrições que imponham a manutenção de índices financeiros, assim como não apresentam cláusulas de pagamentos variáveis que devam ser consideradas, ou cláusulas de garantia de valor residual e opções de compra ao final dos contratos. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

As obrigações de contratos de arrendamentos com transferência substancial de benefícios, riscos e controle dos bens são reconhecidas no passivo na rubrica de passivo de arrendamentos. O passivo é inicialmente reconhecido pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. A taxa de desconto utilizada é a taxa de juros implícita nos contratos.

Os encargos financeiros são apropriados durante o prazo do arrendamento, produzindo uma taxa de juros periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento.

A Companhia e sua controlada não atuam como arrendadoras em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

No 1º trimestre de 2022 foram renovados os contratos de aluguéis dos imóveis localizados em Jundiaí/SP, Varginha e Betim/MG. O impacto inicial no ativo e passivo foi de R\$ 79.054. A administração considerou como taxa incremental 12,25% para desconto da dívida ao valor presente (AVP). No 2º Trimestre de 2023 foi registrado contrato de aluguéis de empilhadeiras. O impacto inicial no ativo e passivo foi de R\$ 2.881. A taxa incremental utilizada para esse contrato foi de 16,75% para desconto da dívida ao valor presente (AVP). No 3º Trimestre de 2023 foram registrados contratos de aluguéis de equipamentos de TI. O impacto inicial no ativo e passivo foi de R\$ 1.797. No 2º Trimestre de 2024 foram registrados contratos de aluguéis de equipamentos de TI. O impacto inicial no ativo e passivo foi de R\$ 151. A taxa incremental utilizada para esses contratos foi de CDI + 3% a.a. para desconto da dívida ao valor presente (AVP) e aditivo contrato de aluguel da unidade de Caçapava/SP.

O impacto inicial no ativo e passivo foi de R\$ 6.966. A taxa incremental utilizada para esse contrato foi de CDI + 3% a.a. para desconto da dívida ao valor presente (AVP). No 2º Trimestre de 2024 também foi registrado contrato de aluguéis de empilhadeiras. O impacto inicial no ativo e passivo foi de R\$ 439. A taxa incremental utilizada para esse contrato foi de CDI + 3% a.a. para desconto da dívida ao valor presente (AVP). No 3º

Notas Explicativas

Trimestre de 2024 também foi registrado contrato de aluguéis de empilhadeiras.

O impacto inicial no ativo e passivo foi de R\$ 77. A taxa incremental utilizada para esse contrato foi de CDI + 3% a.a. para desconto da dívida ao valor presente (AVP).

Em outubro de 2024 foi registrado contrato de aluguel do galpão do novo site de Curitiba/PR. O impacto inicial no ativo e passivo foi de R\$ 1.116. A taxa incremental utilizada para esse contrato foi de CDI + 3%a.a. para desconto da dívida ao valor presente (AVP).

Em novembro de 2024 foi registrado contrato de aluguéis de veículos. O impacto inicial no ativo e passivo foi de R\$ 7.764. A taxa incremental utilizada para esse contrato foi de CDI + 3%a.a. para desconto da dívida ao valor presente (AVP).

No 2º trimestre de 2022 foi assinado contrato de repactuação de sua dívida de aluguel em atraso referente período de janeiro de 2020 e dezembro de 2021, nas mesmas condições do contrato de repactuação de janeiro de 2020. O valor repactuado foi de R\$ 47.333, e foi registrado na rubrica "Outros passivos".

2.10. Provisões para contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

A Companhia aplicou a Interpretação IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda, a partir de 1º de janeiro de 2019 e não teve impacto em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

2.11. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidas no patrimônio líquido.

Na Companhia e sua controlada que adotam o regime de tributação com base no lucro real, o imposto de renda e a contribuição social são calculados observando-se os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente, calculados pelas alíquotas regulares de 15%, acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Notas Explicativas

A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, aplicável às companhias que adotam o regime de tributação com base no lucro real.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia e sua controlada não atendiam os critérios acima e, portanto, o imposto diferido ativo foi registrado até a totalidade do imposto de renda passivo, anulando seu efeito.

A Companhia registra imposto diferido passivo sobre o custo atribuído do imobilizado e no mesmo montante, registra imposto diferido ativo anulando-se o efeito. (v. Nota 10).

2.12. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida, dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre a Companhia e sua controlada, quando aplicável.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos fluirão para a Companhia e suas controladas e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir.

A Companhia e sua controlada consideram se há outras promessas no contrato que são obrigações de performance distintas, às quais uma parcela do preço da transação precisa ser alocada (por exemplo, garantias, entre outros). Ao determinar o preço de transação para a venda dos produtos e ferramentais, a Companhia e sua controlada consideram os efeitos da contraprestação variável, a existência de componentes de financiamento significativos, a contraprestação não monetária e a contraprestação devida ao cliente (se houver).

a) Venda de produtos

A Companhia fabrica e vende peças e partes plásticas relacionadas com o acabamento interno e externo de veículos automotores. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre a controlada efetua a entrega dos produtos para o comprador. A Companhia e sua controlada avaliam as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

Notas Explicativas

b) Venda de ferramentais

A Companhia desenvolve e vende ferramental para injeção de peças plásticas de acordo com especificação técnica do pedido e modelo do veículo conforme projeto da montadora. No decorrer do desenvolvimento, ocorrem adiantamentos por parte das montadoras para suportar parcialmente os recursos dispendidos. Usualmente o desenvolvimento e venda de ferramental está atrelada ao fornecimento de peças. As vendas dos ferramentais são reconhecidas quando o projeto esteja aprovado pela montadora e pronto para início de produção. A montadora por sua vez, emite um contrato de comodato autorizando a utilização do ferramental, uma vez que se trata de um bem de sua propriedade.

c) Receitas financeiras

As receitas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência usando o método da taxa efetiva de juros.

2.13. Propriedades para investimento

Propriedades para investimento são mensuradas ao custo, incluindo custos de transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos, excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas (ou seja, na data em que o receptor obtém o controle) ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa.

Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou desta conta, apenas quando houver alteração de uso. Se a propriedade ocupada por proprietário se tornar uma propriedade para investimento, a Companhia contabiliza a referida propriedade de acordo com a política descrita no item de imobilizado até a data de alteração de uso.

2.14. Tributos sobre as vendas

Tributos sobre as vendas

Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto:

Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;

Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e

Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Notas Explicativas

2.15. Adoção inicial de novas normas e alterações

A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2024, novas normas que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2024:

- Acordos de financiamento de fornecedores (Risco Sacado) – alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7;
- Classificação do passivo em circulante ou não circulante – alterações ao CPC 26 (IAS 1) e CPC 23 (IAS 8);
- Passivo não circulante com *covenants* – alterações ao CPC 26 (IAS 1);
- Passivos de arrendamento em uma venda e *leaseback* – alterações ao CPC 06 (IFRS 16); e
- Venda ou contribuição de ativos entre um Investidor e sua associada ou *joint venture* – alterações ao CPC 36 e CPC 18 (IFRS 10 e IAS 28);

2.16. Novas normas ainda não efetivas

Algumas novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2024 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras.

IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão.

Outras Normas Contábeis

As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21); e
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a administração faça julgamentos e estimativas e estabeleça premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas a seguir descritas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas nas estimativas contábeis são reconhecidos no exercício ou período em que as estimativas são revistas se a revisão afetar apenas este exercício ou período, ou também em exercícios ou períodos subsequentes se a revisão afetar os resultados futuros.

De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia e suas controladas formam seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, são incluídos comentários referentes a alguns assuntos, conforme segue:

Notas Explicativas

- (a) Provisão para perdas de créditos esperadas: Nota 2.5.5;
- (b) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Nota 2.8;
- (c) Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos: Nota 2.9; e
- (d) Provisão para contingências: Nota 2.10.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco de valor justo associado com a taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia.

a) Risco de mercado

i) *Risco cambial*

A Companhia atua internacionalmente e está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos. O risco cambial decorre de operações comerciais, ativos e passivos.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia apresenta ativos e passivos em moeda estrangeira decorrentes de operações de importação, exportação e mútuo com partes relacionadas, nos montantes demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	2024	2023
Contas a receber de clientes (Nota 7)	35	7.299
Fornecedores (Nota 16)	(401)	(1.474)
Exposição líquida	(366)	5.825

ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

A Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros.

O risco relativo à taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos e financiamentos. Os empréstimos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Notas Explicativas

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, no lucro da Companhia antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis).

Passivo financeiro	Impacto no resultado do exercício (1)		
	Cenário I Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%
CDI	13,85%	17,31%	20,78%
Empréstimos e financiamentos	(31.064)	(35.837)	(40.518)
Arrendamentos a pagar	(7.854)	(8.931)	(9.776)

(1) Refere-se ao cenário hipotético de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento dos contratos, o que for menor.

Na análise de sensibilidade, a taxa de juros é baseada nas taxas atualmente praticadas no ambiente de mercado, bem como cenário possível para 2025.

As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida e o índice de taxas de juros fixas em relação a taxas de juros variáveis da dívida em 31 de dezembro de 2024.

b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre exposições de crédito a clientes de equipamentos originais ("OEM") e reposição/concessionárias ("DSH"), incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Para bancos e outras instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades de primeira linha. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas, de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

A possibilidade da Companhia e suas controladas terem perdas em decorrência de problemas financeiros de seus clientes é reduzida dado ao histórico e porte desses clientes (montadoras de veículos e outras empresas de atuação mundial). Entretanto, devido a possíveis oscilações da economia os referidos clientes podem enfrentar alguma dificuldade em suas atividades e para que se tente mitigar a Companhia os monitora regularmente. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia e sua controlada não possui saldos significativos a receber de clientes da categoria DSH.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Companhia e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

Notas Explicativas

A Tesouraria investe eventuais excessos de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para atender as previsões acima mencionadas. Na data do balanço, a Companhia mantinha fundos de curto prazo no montante de R\$ 3.364 (R\$ 3.445 em 2023), que se espera gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez, além disso, a Companhia monitora as condições macroeconômicas que porventura possam vir a refletir em seu fluxo de caixa para tentar mitigá-los

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa descontados contratados e representa os fluxos esperados de desembolso efetivo (não descontado), desconsiderando eventuais exigências dos bancos pelos vencimentos antecipados.

	Saldo Contábil	Fluxo Financeiro	Até três meses	De quatro a 12 meses	Entre um e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2024						
Empréstimos e financiamentos	243.452	303.676	46.882	104.184	152.610	-
Arrendamentos	74.926	76.393	7.048	21.142	48.203	-
Fornecedores	86.255	89.122	89.122	-	-	-
Passivos com partes relacionadas	7.722	7.722	-	-	7.722	-
Outros passivos	215.914	245.631	11.589	21.374	89.586	123.082
	628.269	722.544	154.641	146.700	298.121	123.082
Em 31 de dezembro de 2023						
Empréstimos e financiamentos	204.437	247.967	57.624	79.769	106.756	3.818
Arrendamentos	90.683	94.584	7.151	21.451	64.829	1.153
Fornecedores	100.185	100.185	100.185	-	-	-
Passivos com partes relacionadas	8.351	8.351	-	-	8.351	-
Outros passivos	253.146	313.742	11.757	27.596	120.384	154.005
	656.802	764.829	176.717	128.816	300.320	158.976

4.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

	Consolidado	
	2024	2023
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 15)	243.452	204.437
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(35.510)	(16.841)
Dívida líquida	207.942	187.596
Total do patrimônio líquido	(519.276)	(409.281)
	(311.334)	(221.685)

Notas Explicativas

5. Instrumentos financeiros por categoria de valor justo e contábil

O valor contábil dos principais instrumentos financeiros não diverge dos seus respectivos valores justos, e estão classificados a seguir:

Consolidado	2024		2023		Mensuração a valor justo
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Ativos financeiros					
<u>Valor justo por meio do resultado</u>					
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	35.510	35.510	16.841	16.841	Nível 2
<u>Custo amortizado</u>					
Contas a receber de clientes (Nota 7)	96.436	96.436	77.082	77.082	Nível 2
Outras ativos	17.071	17.071	17.767	17.767	Nível 2
Passivos financeiros					
<u>Custo amortizado</u>					
Fornecedores (Nota 16)	86.255	86.255	100.185	100.185	Nível 2
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	243.452	243.452	204.437	204.437	Nível 2
Arrendamentos (Nota 14)	74.926	74.926	90.683	90.683	Nível 2
Partes relacionadas (Nota 11)	7.722	7.722	8.351	8.351	Nível 2
Outros passivos (Nota 20)	215.914	215.914	253.146	253.146	Nível 2

Hierarquia

A classificação dos ativos e passivos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

O valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais. Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e bancos	28.729	10.546	32.146	13.396
Aplicações financeiras	3.093	3.287	3.364	3.445
	31.822	13.833	35.510	16.841

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificados de Depósitos realizados com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diárias baixo risco de crédito e remuneração é de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Os recursos são utilizados dependendo das necessidades imediatas de caixa da Companhia.

Notas Explicativas

7. Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	2024	2023
Terceiros no país	83.120	64.972
Terceiros no exterior (Nota 4.1)	35	7.299
Contas a receber de ferramental no país	14.339	13.166
	97.494	85.437
Provisão para perdas de crédito esperadas (<i>impairment</i>)	(1.058)	(8.355)
	96.436	77.082

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui saldos de desconto de duplicatas em seu balanço no montante de R\$ 7.588 (R\$ 15.276 em 31 de dezembro de 2023) e de acordo com as características dos referidos contratos, para melhor apresentação decidiu demonstrar os efeitos na rubrica de empréstimos (nota 15), como capital de giro.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a abertura das contas a receber por idade de vencimento, era como segue:

	2024	2023
A vencer	79.591	57.006
Vencidas:		
De 1 a 30 dias	11.724	11.692
De 31 a 60 dias	1.758	2.977
De 61 a 90 dias	370	744
Há mais de 90 dias	4.051	13.018
	17.903	28.431
	97.494	85.437

O saldo vencido há mais de 90 dias não provisionados em 31 de dezembro de 2024, refere-se à venda de ferramental, em fase final de aprovações técnicas junto aos clientes no montante de R\$ 2.992 (R\$ 4.663 em 2023), para os quais a administração acredita não haver risco significativo de perda.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas foi como segue:

	2024	2023
Saldo inicial	(8.355)	(9.138)
Movimento	7.297	783
Saldo final	(1.058)	(8.355)

Notas Explicativas

8. Estoques

	Consolidado	
	2024	2023
Ferramentas e moldes em desenvolvimento destinados à venda	18.257	51.240
Produtos acabados	8.545	5.739
Produtos em elaboração	17.854	13.275
Matérias-primas	34.657	24.451
Importação em andamento	2.003	1.795
Materiais de manutenção e auxiliares	5.675	4.499
Adiantamentos a fornecedores	1.123	495
Provisão para ajuste a valor de mercado e obsolescência	(2.754)	(2.480)
	85.360	99.014

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a movimentação da provisão para perdas nos estoques com ajuste a valor de mercado e obsolescência foi como segue:

	2024	2023
Saldos iniciais	(2.480)	(2.211)
Movimento (Nota 24)	(274)	(269)
Saldos finais	(2.754)	(2.480)

9. Tributos a recuperar

	Consolidado	
	2024	2023
Crédito exclusão de ICMS base de cálculo PIS/COFINS (1)	38.377	61.295
ICMS sobre ativo imobilizado - CIAP	4.772	4.966
Outros	2.072	1.721
	45.221	67.982
Circulante	3.966	5.366
Não circulante	41.255	62.616
	45.221	67.982

(1) Crédito Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS - Registro contábil trânsito em julgado.

Em agosto de 2019, a Companhia obteve sentença favorável para exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS e respectiva utilização do ICMS destacado nas notas fiscais para apuração do crédito. No quarto trimestre de 2019, com base na opinião e laudo preparado por seus assessores, a Companhia registrou o montante de R\$ 179.069 na rubrica de tributos a recuperar no balanço para compensar com tributos correntes administrados pela Receita Federal do Brasil em períodos futuros.

Após a homologação e habilitação de R\$ 123.396, relativo à parte do referido crédito, ocorreu em janeiro de 2020, sendo que o montante restante do crédito no montante de R\$ 55.673, ainda se encontra em análise pela Receita Federal do Brasil para restituição ou compensação futura de impostos anteriormente parcelados.

A Companhia compensou até 31 de dezembro de 2024 o montante acumulado de R\$ 160.410, sendo que parte desse montante, R\$ 31.552 tem como origem impostos anteriormente parcelados.

Notas Explicativas**10. Imposto de renda e contribuição social**a) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

	Consolidado	
	2024	2023
Ativo:		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	24.736	-
	24.736	-
Passivo:		
Imobilizado - custo atribuído (1)	(445)	(447)
Depreciação - revisão da vida útil-econômica (2)	(24.291)	(22.089)
	(24.736)	(22.536)
Líquido	-	(22.536)

(1) Refere-se aos tributos diferidos calculados sobre o custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da contabilização do seu valor justo na adoção inicial do CPC 27 (IAS 16).

(2) Refere-se aos tributos diferidos calculados sobre a diferença de depreciação do ativo imobilizado gerado após revisão da vida útil - econômica dos bens. Até 31 de dezembro de 2010, a Companhia, conforme permitido pela legislação tributária, considerou também para fins fiscais a depreciação calculada com base nas novas vidas útil-econômicas dos bens. Desde setembro de 2011, a Companhia passou a utilizar para fins fiscais a depreciação calculada com base na vida útil permitida pela legislação fiscal e, conseqüentemente, reconheceu os correspondentes efeitos tributários diferidos.

A Companhia possui saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social de R\$ 64.669 e R\$ 75.671, respectivamente em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 62.602 e R\$ 73.604 em 2023, respectivamente). A controlada Plascar Ltda. possui saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social de R\$ 1.190.300 e R\$ 1.189.953, respectivamente em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 1.020.781 e R\$ 1.013.746 em 2023, respectivamente) sobre os quais foram constituídos tributos diferidos ativos até a totalidade dos tributos diferidos passivos conforme determina a Instrução CVM 371, visto que a Companhia não possui expectativa de geração de lucros tributáveis no curto prazo.

Como parte da repactuação fiscal transacionada junto a PGFN, assinada em 07 de julho de 2023 (v. Nota 26), a Companhia utilizou R\$ 185.230 para compensação dos débitos previdenciários.

b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	Consolidado	
	2024	2023
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(134.203)	(59.384)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (34%)	45.629	20.191
Ajustes para demonstração de taxa efetiva:		
Utilização de prejuízos fiscais e base negativa na repactuação fiscal	1.672	60.704
Efeito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa do exercício não reconhecido (1)	(23.093)	(22.225)
Imposto de renda e contribuição social diferidos - resultado	24.208	58.670

(1) Efeito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social da Plascar S.A., o qual foi reconhecido até o limite do passivo diferido. Os descontos concedidos na Transação Individual junto a PGFN são dedutíveis na apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social conforme Lei 13.988/20 artigo 11 parágrafo 12.

Notas Explicativas

11. Partes relacionadas

a) Remuneração aos Administradores

A remuneração do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal é composta de remuneração fixa aprovada em Assembleia Geral, paga mensalmente.

A remuneração dos principais executivos e administradores da Companhia e de sua controlada são compostos de remuneração fixa, variável com base no atingimento de metas estabelecidas e benefícios complementares.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o total de remuneração dos Administradores foi como segue:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Remuneração fixa anual (1)	(8.297)	(7.522)
Remuneração variável (2)	(2.089)	(1.366)
Honorários da administração	(10.386)	(8.888)

(1) Refere-se a salários e honorários da administração, férias, 13º salário, previdência privada e encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, FGTS e outros).

(2) Refere-se à participação nos resultados e bônus.

b) Saldos e transações

A Companhia e sua controlada celebram contratos de mútuo com partes relacionadas, a fim de que necessidades de caixa sejam supridas imediatamente, com a dispensa de processos de aprovação exigidos por instituições financeiras. Tais contratações estão condicionadas à disponibilidade de recursos e ao não comprometimento do fluxo de caixa da mutuante. Referidos contratos de mútuo são firmados de acordo com taxas acordadas entre as partes.

Notas Explicativas

Seguem os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, bem como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Passivo circulante				
Contratos de serviços:				
Mapa Capital Participações e Consultoria Ltda (Mapa) (a)	-	-	-	1.016
	-	-	-	1.016
(a) Registrado na rubrica de fornecedores				
Passivo não circulante				
Contratos de mútuos:				
Yatsivut Corporation Ltd.	-	-	-	-
Kielce Gestão de Ativos Ltda ME (b)	-	-	7.722	7.335
Plascar Ltda.	52.037	31.810	-	-
	52.037	31.810	7.722	7.335
	52.037	31.810	7.722	8.351

	Consolidado	
	2024	2023
Resultado		
Serviços assessoria financeira – Mapa Capital Participações e Consultoria Ltda.	4.464	4.282
	4.464	4.282

b) Movimentação

	Controladora	Consolidado
	2023	2023
Em 31 de dezembro de 2023	31.810	8.351
Captação (pagamento)	20.227	(1.598)
Provisão de juros e IOF	-	969
Em 31 de dezembro de 2024	52.037	7.722

(a) Em 14 de novembro de 2018, a Plascar assinou um contrato de prestação de serviço de assessoria financeira com a Mapa Capital, o qual é renovado anualmente por deliberação do Conselho de Administração. Em novembro de 2024, referido contrato foi renovado por mais período de 12 (doze) meses, estando, portanto, vigente atualmente.

Os efeitos das transações no resultado correspondem a atualização monetária e variação cambial registradas no resultado financeiro.

O contrato de mútuo entre a Companhia (mutuante) e a Plascar Ltda. (mutuária) não está sujeito, excepcionalmente, a encargos financeiros, em função de a Companhia ser detentora direta de 100% do capital social da Plascar Ltda. Esse contrato foi firmado, em 31 de maio de 2000, para adequação do fluxo de caixa da Plascar Ltda., com vencimento indeterminado.

(b) Em 30 de junho de 2023 foi firmado o contrato de confissão de dívida com a Kielce Gestão de Ativos - ME (mutuante), a qual passou a ser detentora da dívida no montante de R\$ 7.335 com a Plascar Ltda. (mutuária).

Notas Explicativas**12. Provisão para perda com investimento em controlada**

A movimentação do investimento está demonstrada a seguir:

	2024	2023
Saldo inicial	(391.285)	(392.394)
Participação no resultado da controlada	(107.928)	1.109
Saldo final	(499.213)	(391.285)

As informações relevantes referentes à Plascar Ltda. estão apresentadas a seguir:

	2024	2023
Capital social	838.565	838.565
Quotas totais	838.565.144	838.565.144
Quotas possuídas	838.565.144	838.565.144
Participação	100%	100%
Patrimônio líquido da controlada	(499.213)	(391.285)
Participação na Plascar S.A.	(499.213)	(391.285)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(107.928)	1.109
Resultado da equivalência patrimonial	(107.928)	1.109

Plascar Participações Industriais S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Imobilizado

	Edificações	Máquinas e equipamentos	Moldes	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de computação	Peças e materiais de reposição	Adiantamentos a fornecedores	Provisão para impairment de adiantamentos e máquinas e equipamentos (1)	Total
Em 31/12/2022	23.461	316.696	669	348	108	1.169	5.720	45.253	(62.939)	330.485
Aquisição	317	21.458	-	150	-	120	1.579	973	-	24.597
Baixas, líquidas	-	(409)	(2)	(20)	-	-	(1.619)	(1.479)	-	(3.529)
Depreciação	(348)	(31.756)	(219)	(80)	(61)	(140)	-	-	-	(32.604)
Em 31/12/2023	23.430	305.989	448	398	47	1.149	5.680	44.747	(62.939)	318.949
Aquisição	1.471	24.602	-	369	-	-	4.839	1.909	-	33.190
Baixas, líquidas	-	(13.026)	-	(7)	-	-	(497)	(46.306)	56.978	(2.858)
Depreciação	(632)	(32.979)	(448)	(219)	(21)	(93)	-	-	-	(34.392)
Em 31/12/2024	24.269	284.586	-	541	26	1.056	10.022	350	(5.961)	314.889

(1) Referem-se, à adiantamentos a fornecedores para aquisição de máquinas e equipamentos para ampliação da capacidade operacional e produtiva das unidades industriais da Companhia, realizados entre 2010 e 2011 para a empresa Sandretto e financiados junto ao BNDES através do programa FINAME/PSI no montante de R\$ 44.084. Do montante registrado, R\$ 36.548 foram adiantados por instituições financeiras e R\$7.536 adiantados ao fornecedor com recursos próprios. A Companhia, após detida análise junto aos seus assessores jurídicos, decidiu registrar uma perda sobre o valor total em aberto, no montante total de R\$ 44.084 ainda no exercício 2018. A Companhia adotou todas as providências jurídicas possíveis e seguirá buscando seus direitos pela via jurídica. No entanto, a Companhia considera pouco provável a possibilidade do recebimento destes ativos em curto prazo, não obstante a ação judicial continue em andamento. No 2º Trimestre de 2024 a Companhia decidiu baixar a totalidade desses adiantamentos e reverter a provisão de perda no montante de R\$ 44.084.

Em 2019, a Companhia registrou *impairment* de R\$ 17.955 referente a máquinas e equipamentos identificados como não operacionais no exercício. Em 2024, a Companhia reverteu R\$ 12.894, alienando parte desses ativos.

Notas Explicativas

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada utilizando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, em 31 de dezembro de 2023 e 2024, como segue:

	<u>Vida útil (anos)</u>
Edificações	25 a 50
Máquinas	8 a 25
Moldes	11 a 15
Móveis e utensílios	10 a 15
Veículos	5 a 6
Equipamentos de informática	5 a 6

Os ativos de propriedade da Companhia foram avaliados de acordo com valor de mercado de cada bem, obtido pelo produto entre o valor de reposição e o coeficiente de depreciação, levando-se em consideração a vida útil, idade, vida útil remanescente, valor residual e depreciação, resultando no valor líquido de venda superior ao valor residual contábil deles, não indicando desta forma, necessidade de *impairment*.

14. Direito de uso de ativos e passivo de arrendamento

a) Composição e movimentação sumária do direito de uso de ativos e passivos de arrendamentos

Direito de uso de ativos

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Saldo inicial	73.272	79.271
Adições	9.547	11.644
Reajustes	340	3.729
Amortização	(22.880)	(21.372)
Saldo final	60.279	73.272

Passivos de arrendamento

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Saldo inicial	90.683	88.064
Adições	9.547	11.644
Reajustes	340	3.729
Juros	8.270	10.011
Pagamentos	(33.914)	(22.765)
Saldo final	74.926	90.683
	74.926	90.683
Circulante	33.144	36.167
Não circulante	41.782	54.516
	74.926	90.683

No 1º trimestre de 2022 foram renovados os contratos de aluguéis dos imóveis localizados em Jundiaí/SP, Varginha e Betim/MG. O impacto inicial no ativo e passivo foi de R\$ 79.054. A administração considerou como taxa incremental 12,25% para desconto da dívida ao valor presente (AVP). No 2º Trimestre de 2023 foi registrado contrato de aluguéis de empilhadeiras. O impacto inicial no ativo e passivo foi de R\$ 2.881. A taxa incremental utilizada para esse contrato foi de 16,75% para desconto da dívida ao valor presente (AVP). No 3º Trimestre de 2023 foram registrados contratos de aluguéis de equipamentos de TI. O impacto inicial no ativo e passivo foi de R\$ 1.797. No 2º Trimestre de 2024 foram registrados contratos de aluguéis de equipamentos de TI. O impacto inicial no ativo e passivo foi de R\$ 151. A taxa incremental utilizada para esses contratos foi de CDI + 3% a.a. para desconto da dívida ao valor presente (AVP) e aditivo contrato de aluguel da unidade de Caçapava/SP. O impacto inicial no ativo e passivo foi de R\$ 6.966. A taxa incremental utilizada para esse contrato foi de CDI + 3% a.a. para desconto da dívida ao

Notas Explicativas

valor presente (AVP). No 2º Trimestre de 2024 também foi registrado contrato de aluguéis de empilhadeiras. O impacto inicial no ativo e passivo foi de R\$ 439. A taxa incremental utilizada para esse contrato foi de CDI + 3% a.a. para desconto da dívida ao valor presente (AVP). No 3º Trimestre de 2024 também foi registrado contrato de aluguéis de empilhadeiras. O impacto inicial no ativo e passivo foi de R\$ 77. A taxa incremental utilizada para esse contrato foi de CDI + 3% a.a. para desconto da dívida ao valor presente (AVP). Em outubro de 2024 foi registrado contrato de aluguel do galpão do novo site de Curitiba/PR. O impacto inicial no ativo e passivo foi de R\$ 1.116. A taxa incremental utilizada para esse contrato foi de CDI + 3% a.a. para desconto da dívida ao valor presente (AVP). Em novembro de 2024 foi registrado contrato de aluguéis de veículos. O impacto inicial no ativo e passivo foi de R\$ 7.764. A taxa incremental utilizada para esse contrato foi de CDI + 3% a.a. para desconto da dívida ao valor presente (AVP).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apurou despesa de R\$ 2.956 (R\$ 1.295 em 2023) referente aos arrendamentos de curto prazo (inferior a 12 meses de contrato) ou de operações com ativos de baixo valor envolvidos nos contratos.

b) Cronograma de vencimento dos arrendamentos

	Consolidado				
	31/12/2024				
	Edifícios	Empilhadeiras	Veículos	Equipamentos TI	Total
2025	28.580	447	3.334	720	33.081
2026	28.580	-	3.199	720	32.499
2027 em diante	7.814	-	1.382	150	9.346
	64.974	447	7.915	1.590	74.926

c) Informações adicionais - Ofício circular CVM/SNC/SEP no. 2,2019

Em conformidade com o OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/No. 02/2019, a Companhia adotou como política contábil os requisitos do CPC 06 (R2) / IFRS 16 na mensuração e remensuração do seu direito de uso, procedendo o uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação.

Para resguardar a representação fidedigna da informação frente aos requerimentos do CPC 06 (R2) e para atender as orientações das áreas técnicas da CVM, são fornecidos os saldos passivos sem inflação, efetivamente contabilizado (fluxo real x taxa nominal), e a estimativa dos saldos inflacionados nos períodos de comparação (fluxo nominal x taxa nominal).

Demais premissas, como o cronograma de vencimento dos passivos e taxas de juros utilizadas no cálculo estão divulgadas em outros itens desta mesma nota explicativa, assim como os índices de inflação são observáveis no mercado, de forma que os fluxos nominais possam ser elaborados pelos usuários das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

A comparação dos saldos dos fluxos de arrendamentos, com e sem a projeção de inflação, está demonstrada abaixo:

	2025	2026	2027	2028 em diante
Passivo de arrendamento				
Projeção real e taxa nominal (contabilizado)	(74.926)	(45.844)	(13.944)	(6.016)
Projeção nominal e taxa nominal	(76.393)	(48.203)	(15.447)	(6.943)
Direito de uso de ativos				
Projeção real e taxa nominal (contabilizado)	60.279	35.649	11.159	4.547
Projeção nominal e taxa nominal	62.964	37.374	11.918	4.956
Encargos financeiros				
Projeção real e taxa nominal (contabilizado)	6.719	3.557	1.048	512
Projeção nominal e taxa nominal	6.472	2.988	1.199	625
Despesa de amortização do direito de uso				
Projeção real e taxa nominal (contabilizado)	24.782	24.335	6.726	4.547
Projeção nominal e taxa nominal	25.748	25.301	7.076	4.248

15. Empréstimos e financiamentos

a) Resumo dos empréstimos e financiamentos

Modalidade/finalidade	Encargos financeiros em 31/12/2024	Consolidado	
		2024	2023
Capital de giro - moeda nacional	De 15,25% a 59,0% a.a.	235.864	189.161
Desconto duplicatas	De 2% a 3% a.m.	7.588	15.276
		243.452	204.437
Circulante		127.078	118.968
Não circulante		116.374	85.469
		243.452	204.437

Parte da composição do saldo dos empréstimos, R\$ 2.216 deve-se a dívida junto ao BNDES relativa a períodos anteriores que foi renegociada pela Companhia na época.

b) Movimentação

	2024	2023
Em 1º de janeiro	204.437	238.923
Captações	241.083	98.214
Pagamento de principal	(200.744)	(130.977)
Pagamento de juros	(52.677)	(58.436)
Provisão de juros	51.353	56.713
Em 31 de dezembro	243.452	204.437

Notas Explicativas

O cronograma de vencimento do saldo do não circulante é apresentado abaixo:

	<u>Valor</u>
2026	56.912
2027	39.599
2028	10.686
2029 em diante	9.177
	<u>116.374</u>

Os empréstimos para capital de giro contratados pela Plascar Ltda. são garantidos por máquinas e equipamentos (CAPEX) e os saldos restantes garantidos por recebíveis e avais.

A Companhia monitora a situação das cláusulas restritivas em seus empréstimos junto a instituições financeiras e está em conformidade com todas elas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

16. Fornecedores

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Fornecedores nacionais	85.854	98.711
Fornecedores internacionais (Nota. 4.1)	401	1.474
	<u>86.255</u>	<u>100.185</u>

Os termos e condições dos passivos financeiros acima referidos refletem o saldo em aberto de contas a pagar com fornecedores, com prazo médio de pagamento de 35 dias (mesmo prazo médio em 2023).

17. Salários, férias e encargos sociais a pagar

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Encargos sociais ⁽¹⁾	40.076	31.760
Indenizações trabalhistas	178	151
Provisão férias e salários	27.835	30.446
Provisão para participação nos resultados	13.966	15.781
Outros	-	373
	<u>82.055</u>	<u>78.511</u>

(1) A Companhia concluiu a renegociação de seus passivos fiscais junto a PGFN que compreende os débitos acumulados até janeiro de 2023. Como parte da repactuação fiscal, a Companhia obteve descontos em multas e juros, no montante total de R\$ 86.197 dos débitos previdenciários e utilizou R\$ 60.704 de prejuízos fiscais para compensação. Por fim, a Companhia compensou R\$ 521 com depósitos judiciais e R\$ 4.859 com precatórios a receber (Nota 19).

18. Adiantamentos de clientes

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Fiat Automóveis	4.773	2.613
Man	270	2.185
VW	12.192	14.867
Mercedes Benz	818	5.001
Volvo	945	896
Outros	724	149
	<u>19.722</u>	<u>25.711</u>

Notas Explicativas

19. Compromissos e provisão para contingências

a) Repactuação da dívida de aluguel

A Companhia concluiu em janeiro de 2020, a repactuação de sua dívida de aluguel em atraso cujo saldo em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 137.754, registrado na rubrica “Outros passivos” e “Passivo de arrendamento” no circulante.

Com a conclusão desta negociação, a dívida atualizada foi parcelada, com carência acima de um ano para início dos pagamentos. O saldo foi transferido para a rubrica Outros Passivos no não circulante em janeiro de 2020.

No 2º trimestre de 2022 foi assinado contrato de repactuação de sua dívida de aluguel em atraso referente período de janeiro de 2020 e dezembro de 2021 (Nota 14.a).

Processos judiciais - valores envolvidos e critérios de provisão contábil para casos de perda provável

A Companhia e sua controlada são partes envolvidas em diversos processos de natureza trabalhista (e previdenciária), cível e tributária que atualmente estão em andamento. O critério adotado pela Companhia para classificação do risco de perda é estimado como “remoto”, “possível” e “provável”, sendo que “remoto” indica risco mínimo de perda, “possível” indica risco moderado de perda e “provável” indica risco elevado de perda judicial, cabendo aos assessores legais externos, com auxílio do departamento jurídico da Companhia, analisar detalhadamente cada processo judicial, novo ou em andamento, classificando-os de acordo com suas melhores estimativas de resultado.

Referidas classificações de risco são avaliadas mensalmente, podendo ser alteradas sempre que o entendimento do assessor legal indicar essa necessidade. Além disso, todos os processos também recebem atualização monetária mensal, de acordo com os índices legais adotados pelos tribunais, no intuito de refletir a mais precisa a atual situação econômica de cada processo.

Para todos os casos em que os assessores legais externos e internos indicam o risco de perda como “provável”, a Companhia constitui provisão individual em montante suficiente para fazer frente aos valor estimado dessa perda, que é devidamente calculado e apurado através de contadoria judicial (no caso do juízo) ou perito-assistente contábil (no caso da Companhia), com base nas sentenças condenatórias e/ou quaisquer outras decisões oriundas de instâncias superiores (grau recursal) que sejam emanadas pelos tribunais e que indicam, sem margem de dúvida, que a Companhia está obrigada a realizar o pagamento em curto prazo, em razão do estágio avançado do processo. Além disso, a Companhia adota como política a realização de provisão mensal dos processos trabalhistas classificados como risco de perda “possível”, para os quais a Companhia estima que serão celebrados acordos judiciais para liquidação e encerramento das reclamações antes de serem iniciadas as fases executórias.

Notas Explicativas

Considerando os processos com risco de perda, a Companhia tem provisão total constituída conforme indicado abaixo:

	Consolidado	
	2024	2023
Provisões previdenciárias e trabalhistas	18.074	9.343
	18.074	9.343

A movimentação da provisão para contingências em 31 dezembro de 2024 e 2023, está assim representada:

Previdenciárias e trabalhistas

	2024	2023
Saldo inicial	9.343	7.129
Adições	15.933	6.056
Pagamentos	(7.202)	(3.842)
Saldo final	18.074	9.343

b) Estimativa de perdas “possíveis”, não provisionadas no balanço

Para as demais ações judiciais da Companhia, que tem seu risco de perda classificado pelos assessores legais externos e internos como “possível” ou “remoto”, não há constituição de provisão contábil. Apesar disso, a Companhia reconhece a importância de informar os valores envolvidos nesses processos, como forma de dar conhecimento e informação suficiente ao mercado sobre todas as ações em que a Companhia é parte. Para ações novas, o valor informado pela Companhia leva em consideração o valor dado à causa (valor inicial). À medida que o processo avança, os assessores legais apuram os valores envolvidos em cada processo com maior critério, valorizando cada um deles de forma mais precisa quanto aos valores efetivamente envolvidos, assim como seu risco efetivo de perda.

Considerando os processos com risco de perda “possível”, não provisionados, a Companhia informa que os seus valores envolvidos estão assim constituídos:

	Consolidado	
	2024	2023
Tributárias	12.350	5.247
Trabalhistas	33.383	22.177
Cível	2.059	1.409
	47.792	28.833

c) Ativos contingentes relevantes

Atualmente, a Plaspar Ltda. figura como parte ativa em um processo considerado relevante contra ELETROBRÁS, cuja sentença foi favorável à Companhia, se encontra em avançado estágio processual, sendo que a Companhia já havia dado início ao processo de execução provisória da sentença, requerendo o pagamento do valor devido. Em julho de 2020, no entanto, por intermédio de seus assessores externos, a Companhia tomou conhecimento de uma suposta cessão de direitos, que teria sido realizado em maio de 2003, pela qual a titularidade e os benefícios econômicos oriundos desse processo seriam cedidos a terceiros. Não tendo identificado internamente elementos que confirmassem tal cessão de

Notas Explicativas

direitos, a Companhia se manifestou nos autos, requerendo mais informações sobre o assunto e, neste momento, aguarda manifestação do juízo.

20. Outros passivos

	Consolidado	
	2024	2023
Aluguéis a pagar	181.846	181.487
Credores diversos - acordos firmados (1)	24.827	61.341
Outros passivos	9.241	10.318
	215.914	253.146
Circulante	33.413	31.827
Não circulante	182.501	221.319
	215.914	253.146

(1) Refere-se substancialmente a contrato de confissão de dívida referente operação comercial e reestruturação da dívida com cliente.

21. Patrimônio líquido

a) Capital

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social da Companhia é de R\$ 931.455 dividido em 12.425.418 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Acionistas	2024 e 2023	
	Quantidade de ações	Participação
Pádua IV Participações	7.454.491	60,00%
Deise Duprat	2.689.646	21,64%
Outros acionistas	2.281.281	18,36%
	12.425.418	100%

O preço de emissão das ações foi fixado, sem diluição injustificada para os atuais acionistas da Companhia, considerando as metodologias permitidas pelo artigo 170, § 1º, da Lei das S.A., tendo em vista a situação financeira da Companhia naquele momento, com elevado endividamento e patrimônio líquido negativo.

b) Remuneração aos acionistas - distribuição de dividendos

De acordo com o Estatuto da Companhia, aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido do exercício ajustado na forma dos artigos 189 e 202 da Lei nº 6.404/76. Em função dos prejuízos apurados, nenhuma distribuição de dividendos foi realizada em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

22. Resultado por ação

O cálculo básico de lucro (prejuízo) por ação é feito através da divisão do lucro líquido (prejuízo) do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

Notas Explicativas

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido (prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros (prejuízos), básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em milhares, exceto valores por ação):

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
<u>Prejuízo básico por ação:</u>		
Numerador:		
Prejuízo do exercício	(109.995)	(714)
Denominador:		
Média ponderada do número de ações	12.425.418	12.425.418
Prejuízo básico por ações - R\$	<u>(8,85)</u>	<u>(0,06)</u>

23. Receita operacional líquida

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receita bruta de vendas	1.424.302	1.183.644
Impostos incidentes sobre vendas	(267.005)	(214.449)
Devoluções e abatimentos sobre vendas	(25.497)	(22.066)
	<u>1.131.800</u>	<u>947.129</u>

Impostos incidentes sobre vendas consistem principalmente de Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (alíquotas de 7%, 12% e 18%), Imposto sobre produtos industrializados - IPI (alíquotas de 5% e 15%), Programa de integração social - PIS (alíquotas de 1,65% e 2,30%), Contribuição para financiamento seguridade social - COFINS (alíquotas de 7,60% e 10,80%).

24. Abertura dos custos e despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Matéria-prima, insumos, materiais de uso e consumo e gastos com pessoal	(893.305)	(749.413)
Depreciação e amortização	(57.272)	(53.976)
Serviços de terceiros	(54.918)	(57.298)
Fretes	(29.711)	(27.735)
Provisão para perdas de créditos esperadas (Nota 7)	7.297	783
Provisão para nos estoques (Nota 8)	(274)	(269)
Repactuação fiscal – descontos de multas (Nota 26)	3.891	75.894
Outros	(90.351)	(84.913)
	<u>(1.114.643)</u>	<u>(896.927)</u>
Classificados como		
Custos dos produtos vendidos	(963.676)	(831.355)
Despesas com vendas	(56.592)	(53.505)
Despesas gerais e administrativas	(100.444)	(82.885)
Outras receitas operacionais, líquidas	6.069	70.818
	<u>(1.114.643)</u>	<u>(896.927)</u>

Notas Explicativas

25. Resultado financeiro

	Consolidado	
	2024	2023
Despesas financeiras		
Juros e variação monetária	(81.790)	(90.440)
Encargos sobre impostos vencidos/parcelados (1)	(63.075)	(52.665)
Repactuação fiscal – descontos de juros (Nota26)	4.427	40.612
Ajuste a valor presente de arrendamentos (Nota 14)	(8.270)	(10.011)
Variações cambiais passivas	(1.871)	(3.742)
IOF	(3.632)	(1.931)
Outros	(3.026)	(2.220)
	(157.237)	(120.397)
Receitas financeiras		
Juros e atualização monetária	4.366	5.402
Variações cambiais ativas	1.466	5.286
Outros	45	123
	5.877	10.811
Resultado financeiro	(151.360)	(109.586)

(1) Encargos sobre impostos vencidos e parcelados de PIS/COFINS e ICMS.

26. Impostos e contribuições a recolher

	2024					
	Em aberto	A vencer	Vencidos	Parcelados		
				A vencer	Vencidos	Não circulante
Transação Individual PGFN	109.028	-	-	10.309	1.894	96.825
PIS/COFINS/IPI	12.676	3.123	9.553	-	-	-
ICMS (Regularize - MG)	32.580	-	-	5.144	-	27.436
ICMS	67.450	2.055	-	23.921	5.861	35.613
Outros	774	774	-	-	-	-
	222.508	5.952	9.553	39.374	7.755	159.874
IRRF (Empregados)	6.380	2.964	3.416	-	-	-
FGTS	7.510	1.962	-	1.275	-	4.273
INSS (Empresa)	25.423	5.490	5.170	5.186	687	8.890
INSS (Empregados)	5.740	1.481	4.259	-	-	-
INSS parcelado Sesi Senai (Empresa)	8.144	-	-	2.627	-	5.517
Parcelamento Simplificado RFB	191.875	-	-	43.614	6.875	141.386
	245.072	11.897	12.845	52.702	7.562	160.066
Soma (Empresa)	455.460	13.404	14.723	92.076	15.317	319.940
Soma (Empregados)	12.120	4.445	7.675	-	-	-
Total	467.580	17.849	22.398	92.076	15.317	319.940

Notas Explicativas

	2023					
	Em aberto	A vencer	Vencidos	Parcelados		
				Circulante		Não circulante
			A vencer	Vencidos		
Transação Individual PGFN	102.090	-	-	6.302	-	95.788
Parcel. ordinário PIS/COF/IPI (1)	17.212	-	-	-	17.212	-
PIS/COFINS/IPI	4.693	2.140	2.553	-	-	-
ICMS (Regularize - MG)	36.812	-	-	8.181	-	28.631
ICMS	46.876	2.069	2.433	21.818	2.860	17.696
IPI (Parcelamento - MG)	67	-	-	67	-	-
Outros	1.501	1.501	-	-	-	-
	209.251	5.710	4.986	36.368	20.072	142.115
IRRF (Empregados)	5.174	2.583	2.591	-	-	-
FGTS	7.595	1.558	-	1.098	-	4.939
INSS (Empresa)	37.679	4.394	16.145	4.130	-	13.010
INSS (Empregados)	4.489	1.110	3.379	-	-	-
INSS parcelado Sesi Senai (Empresa)	3.749	-	-	1.728	34	1.987
Parcelamento Simplificado RFB	59.290	-	-	12.267	1.022	46.001
	117.976	9.645	22.115	19.223	1.056	65.937
Soma (Empresa)	317.564	11.662	21.131	55.591	21.128	208.052
Soma (Empregados)	9.663	3.693	5.970	-	-	-
Total	327.227	15.355	27.101	55.591	21.128	208.052

Sobre os valores vencidos a Companhia registra multa de 20% além de correção pelos índices previstos pela legislação.

Transação Individual – PGFN – Evento não recorrente

A administração concluiu a renegociação da totalidade de seu passivo fiscal junto à PGFN, que compreendia os débitos acumulados até janeiro de 2023, através do programa de Transação Tributária Individual instituído pela Lei 14.375/2022, cuja portaria de regulamentação foi publicada no dia 01/08/2022. A assinatura da referida transação ocorreu em 07 de julho de 2023 e todos os efeitos, descontos de multas e juros, assim como utilização de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL foram reconhecidos no 2º Trimestre de 2023.

Foram negociados todos os débitos previdenciários e fazendários, sendo:

- 1) **Débitos previdenciários**: desconto de multa e juros no montante total de R\$ 86.197, equivalentes à 38% do débito, utilização de saldo de prejuízo fiscal e base negativa de Contribuição Social no valor de R\$ 60.704, equivalente a 27% do débito. O saldo remanescente foi parcelado em 60 vezes.
- 2) **Débitos fazendários**: desconto de multa e juros no montante total de R\$ 30.309, equivalentes à 49% do débito. O saldo remanescente foi parcelado em 120 vezes.

Após ao registro contábil desta transação foram observados queda substancial do passivo circulante, melhora do resultado e aumento do patrimônio líquido, além da utilização de parte dos prejuízos fiscais acumulados da Companhia. O impacto positivo no resultado da Companhia foi de R\$ 177.210, sendo descontos de multas de R\$ 75.894, descontos de juros de R\$ 40.612 e utilização prejuízos fiscais de R\$ 60.704.

O saldo referente parcelamento ordinário (PIS, COFINS e IPI), no valor atualizado de R\$

Notas Explicativas

19.286, foi migrado para Transação Individual com todos os descontos e abatimentos previstos no Termo assinado em julho de 2023. O impacto positivo no resultado da Companhia foi de R\$ 9.990, sendo descontos de multas de R\$ 3.891, descontos de juros R\$ 4.427 e utilização de prejuízos fiscais de R\$ 1.672.

A seguir apresentamos, resumidamente, os efeitos contábeis desta transação PGFN:

	PGFN - Débitos Previdenciários	PGFN - Débitos Fazendários	Total
Saldo original	233.519	73.161	306.680
Abatimento precatórios e outros	(5.381)	(5.934)	(11.315)
Utilização de prejuízo fiscal e base negativa CSLL	(62.376)	-	(62.376)
Desconto de multas e encargos legais	(89.411)	(35.413)	(124.824)
Amortização da dívida até 31 de dezembro de 2024	(7.441)	(7.046)	(14.487)
Atualização do parcelamento	11.621	3.729	15.350
Total	80.531	28.497	109.028

27. Benefícios a empregados

As despesas com salários, benefícios e encargos sociais estão demonstradas a seguir:

	Consolidado	
	2024	2023
Salários e encargos sociais	291.359	232.451
Plano de participação nos resultados	10.288	9.290
Desligamentos	6.802	269
Benefícios previstos em Lei	53.117	39.655
Benefícios adicionais	765	543
	362.331	282.208

Benefícios adicionais

Além dos benefícios usuais previstos pela legislação trabalhista, a Companhia e sua controlada têm como prática conceder a seus empregados benefícios adicionais contratados de terceiros, tais como: assistência médica, transporte coletivo, alimentação e auxílio-creche.

Plano de participação nos resultados

A Companhia e sua controlada possuem planos complementares de remuneração variável que considera o atendimento das metas estabelecidas:

- (i) Plano de participação nos resultados (PPR): a Companhia remunera seus colaboradores mediante participação nos resultados conforme acordo coletivo estabelecido entre a Companhia, comissão de empregados e o sindicato da categoria, que estabelece metas que são mensalmente aferidas e divulgadas. Este plano visa estimular o desenvolvimento e a produtividade, fornecendo oportunidades de ganhos financeiros e condições de efetiva participação nos resultados da Companhia.
- (ii) Plano adicional de bônus de participação nos resultados (PPR curto prazo): a Companhia bonifica ainda com quantidade de salários diferenciada os gestores e diretores da Companhia. A participação nos resultados devida aos colaboradores ocupantes destas funções é baseada em desempenhos (individual e da Companhia), de acordo com metas pré-estabelecidas e cujo pagamento é validado e aprovado anualmente pelo Conselho de Administração.

Notas Explicativas

28. Transações que não afetaram caixa

Abaixo demonstramos os efeitos de transações que não afetaram o caixa nos respectivos exercícios:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Direito de uso de ativos (nota 14)	9.547	11.644
Passivos de arrendamento (nota 14)	(9.547)	(11.644)

29. Seguros (não auditados)

A Companhia e sua controlada mantêm apólices de seguro de naturezas diversas, contratados com as principais seguradoras do país. Essas apólices foram definidas conforme o programa do grupo e levaram em consideração a natureza e o grau de risco envolvido.

Em 31 de dezembro de 2024, a cobertura de seguros contra riscos operacionais combinado com lucros cessantes, era R\$ 750.000 (R\$ 750.000 em 2023) e R\$ 20.000 (R\$ 10.000 em 2023) para responsabilidade civil.

A Companhia não está prevendo ter quaisquer dificuldades para renovar nenhuma das apólices de seguro e acredita que a cobertura seja razoável em termos de valor e compatível com os padrões do setor no Brasil.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

* * *

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Comportamento das projeções empresariais

A administração da Companhia está em processo de revisão das projeções, considerando novos projetos e oscilação de volumes diante do cenário atual.

Proposta de Orçamento de Capital

Proposta de Orçamento de Capital

A administração da Companhia está em processo de revisão das projeções, considerando novos projetos e oscilação de volumes diante do cenário atual.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos Acionistas, Conselheiros e Administração da
Plascar Participações Industriais S.A.
Jundiaí – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Plascar Participações Industriais S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Plascar Participações Industriais S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas como IFRS Accounting Standards).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação da continuidade operacional (Nota Explicativa no 1)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas pela administração utilizando-se o pressuposto da continuidade operacional, tendo como premissa o fato de que a Companhia está em atividade e de que espera continuar operando por um futuro previsível de, ao menos, doze meses a partir da data-base das demonstrações financeiras. Essa premissa considera o pressuposto de que a administração não pretende liquidar a Companhia ou interromper as suas operações, tendo concluído de que há expectativa razoável quanto à continuidade operacional da Companhia, suportando a preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas com o uso deste pressuposto.

A Companhia incorreu em prejuízo no montante de R\$ 109.995 mil (individual e consolidado) durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e, nessa data, possuía patrimônio líquido negativo (individual e consolidado) no montante de R\$ 519.276 mil, e o passivo circulante consolidado excedia o ativo circulante consolidado no montante de R\$ 259.567 mil naquela data. As ações e medidas em curso por parte da administração da Companhia, descritas na referida nota explicativa, incluem medidas já implementadas e em andamento para manter a continuidade operacional. As estimativas e avaliações que sustentam as premissas de rentabilidade esperada e fluxo de caixa requerem que a administração faça julgamentos com alto grau de subjetividade. Dessa forma, devido ao grau de julgamento envolvido na elaboração das projeções de fluxos de caixa e na avaliação da utilização do pressuposto de continuidade operacional pela administração da Companhia na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto, novamente, significativo para nossa auditoria.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- análise sobre a capacidade da Companhia e sua controlada continuarem em operação no futuro previsível com base nas informações e dados factuais existentes e fornecidos pela administração;
- revisão da metodologia e premissas utilizadas pela administração no estudo de continuidade operacional para os próximos doze meses a partir da data-base das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e respectivos fluxos de caixas, incluindo a avaliação dos efeitos subsequentes relevantes até a data de emissão das citadas demonstrações financeiras;
- com auxílio de nossos especialistas internos em finanças corporativas, avaliamos as premissas utilizadas pela administração da Companhia na determinação das projeções de fluxos de caixa, considerando os resultados realizados, bem como a consistência das projeções efetuadas comparadas com o realizado para os últimos períodos;
- análise sobre as reestruturações em curso, para redução de custos, bem como rentabilidade esperada em futuro previsível para suportar as operações; e
- avaliamos se as respectivas divulgações apresentadas pela administração da Companhia estavam adequadas.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos razoáveis os julgamentos exercidos e premissas adotadas pela administração da Companhia na avaliação do pressuposto de continuidade operacional, bem como as respectivas divulgações fornecidas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Standards Accounting Board (IASB) (atualmente denominadas como IFRS Accounting Standards) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão

fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 14 de março de 2025
Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-028.281/O-4 F SP

João Henrique Schenk
Contador CRC 1SP-202.127/O-8

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores qualificados declaram que:
Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os Diretores qualificados declaram que:

Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes.